

HABEAS CORPUS Nº 494.172 - RS (2019/0047178-3)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : ALINE CORRÊA LOVATTO - RS043217
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : JOSUE DE SOUZA OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **JOSUE DE SOUZA OLIVEIRA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**.

Depreende-se dos autos que, após recurso de agravo em execução da defesa, o eg. Tribunal de origem fixou o dia da publicação da sentença como nova data-base para o cálculo de benefícios na execução penal, em v. acórdão assim ementado (fls. 43-52):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENAÇÃO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. A superveniência de nova condenação, no curso da execução da pena, interrompe a contagem do prazo para a obtenção de futuros benefícios, impondo-se fixação de nova data-base. Soma-se a nova pena àquela em andamento, desprezando-se o período já cumprido, iniciando-se novo lapso, a partir de novo quantitativo, Art. 111 da LEP. Desimporta, a esse efeito, se a nova condenação diz com crime anterior ou não ao início do cumprimento da pena que estava em curso. Precedentes do E. STJ e do E. STF. Caso no qual, à pena em andamento, foi adicionada nova condenação provisória de 5 anos e 2 meses resultando, a soma, na pena total de 15 anos e 8 meses, com um restante ainda de 9 anos, 8 meses e 9 dias de reclusão a serem cumpridos, ensejando o reinício da contagem do prazo para benefícios. Em se tratando de condenação ainda provisória, o novo termo deve ser a data da publicação da sentença recorrível, no caso, o dia 19.12.2017, porque se aproxima do marco consagrado pelo E. STJ em casos tais, qual seja, a data do trânsito em julgado da

condenação superveniente, e não a data em que o infortunado ingressar no regime fechado, como procedido pela magistrada singular. Conduta que não foi registrada como falta disciplinar, que tivesse repercutido no bojo do cumprimento da pena. não ocasionando bis in idem, compatibilizando-se, portanto, com o entendimento proclamado pelo E. STJ no REsp 1557461/SC. Decisão parcialmente reformada. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO. ALTERADO O DIES A QUO PARA O DIA DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA - 08.01.2018."

Daí o presente **writ**, no qual a Defensoria Pública, ora impetrante, alega, em resumo, que o paciente sofre evidente constrangimento ilegal, uma vez que não há qualquer determinação legal para a interrupção do prazo para novos benefícios após a unificação das penas.

Sustenta que o **decisum** vergastado é meramente declaratório, nestes termos: "*resta incontestado o constrangimento ilegal e a necessidade de prevalência do entendimento desta Corte Superior de Justiça, a fim de que seja cassada a decisão proferida pelo órgão colegiado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, com a consequente concessão da ordem de habeas corpus para o fim de que ocorra o alinhamento à interpretação firmada no Recurso Especial nº 1.557.461/SC, sob pena de se consolidar o descompasso referido, especialmente porque, repisa-se, o delito que ensejou a unificação (057/2.17.0002359-8) foi praticado em 28/07/2017, data em que efetivada a prisão em flagrante e convertida em preventiva, com a sucessiva suspensão do livramento condicional em 30/04/2018, conforme evidenciam os documentos em anexo, ou seja, após o início do cumprimento da pena, que, segundo consta da Guia de Execução Penal, ocorreu em 27/01/2014, razão pela qual a data-base deve corresponder ao dia do efetivo reingresso no cárcere, e não a da decisão condenatória*" (fl. 7).

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, "*para cassar o acórdão proferido pela Oitava Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, pois na espécie a unificação compreende condenação relativa a crime que ensejou prisão preventiva e a*

suspensão/revogação do livramento condicional, razão pela qual a data-base deve corresponder ao dia do efetivo reingresso no cárcere, tudo conforme exposto" (fl. 7).

É o relatório.

Decido.

A **Terceira Seção** desta Corte Superior de Justiça, em 22/2/2018, ao julgar o **REsp n. 1.557.461/SC**, Relator o Ministro **Rogério Schietti Cruz**, e o **Habeas Corpus n. 381.248/MG**, de relatoria da Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, com Relator para o acórdão, o Ministro **Sebastião Reis Júnior**, sedimentou o entendimento de que a alteração da data-base para a concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal.

Verifica-se, portanto, a presença dos requisitos autorizadores da medida urgente, uma vez que a decisão vergastada está em confronto com a nova orientação jurisprudencial firmada pela **Terceira Seção** desta Corte Superior de Justiça e, portanto, configura constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **concedo a liminar, parcialmente**, apenas para suspender, até o julgamento do mérito deste **writ**, os efeitos da decisão proferida pelo eg. Tribunal de origem.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora, bem como ao d. Juízo das Execuções Penais.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator